

DR. L. WITTNICH CARRISSO  
PROF. DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FUNÇÃO COLONIAL  
DAS  
MISSÕES RELIGIOSAS

CONFERÊNCIA PROFERIDA  
NA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES CATÓLICOS DO PORTO,  
EM 22 DE MAIO DE 1933  
E REPETIDA NO C. A. D. C. DE COIMBRA  
EM 24 DE MAIO DE 1935



SEPARATA DOS "ESTUDOS"  
ORGÃO DO C. A. D. C. DE COIMBRA

1934

Cd  
434  
3

Cal 434  
3

FUNÇÃO COLONIAL  
DAS  
MISSÕES RELIGIOSAS

5 17/1949

**E**STIVE, pela primeira vez, em Angola, em 1927. Pouco depois do meu regresso, tive ocasião de proferir, na Sala dos Capêlos da Universidade de Coimbra, uma conferência, que corre impressa, onde se leem as seguintes afirmações:

« Outro facto há ainda a apontar, neste rápido bosquejo da história angolana, e que aqui tem o seu cabimento. É o que se refere à actividade missionária.

Data de 1490 o início do nosso apostolado em terras africanas de além equador, tendo-se então instalado a primeira missão de franciscanos em São Salvador do Congo. De então para cá, até à sua decadência, que se acentuou no decorrer do século XVIII, as Missões Religiosas desempenharam na colónia incipiente um papel de primeira grandeza.

Infelizmente, neste capítulo também, não podemos deixar de comparar com amargura a miséria do presente à grandeza do passado. Não me permitiram as condições da minha viagem estudar de perto esta questão. Mas sei que vi ruínas, em pontos onde a actividade missionária outrora florescia em obras sublimes, que, por serem religiosas, não deixavam de ser profundamente portuguesas. Nesse campo, que nós cultivámos com tanta fé, e que hoje deixamos em pousio, as missões estrangeiras desenvolvem-se e prosperam. Não quero dizer que essas Missões estejam animadas do propósito de realizar a obra anti-nacional, de que por vezes têm sido acusadas; tive até ocasião de verificar o contrário,

1935/523

42/520 81

na missão Evangélica de Luma-Cassai, onde recebi, durante alguns dias, uma generosa hospitalidade. Mas isso não impede que o nosso coração se confranja, ao vermos que um espírito de estreito sectarismo nos leva a entregar a estranhos, e em nossa casa, aquilo que a nós nos compete, e que representa uma das formas mais activas, mais nobres e mais eficazes da função colonial ».

Dois anos depois, tive a felicidade de poder organizar, e levar a bom termo, uma excursão académica, constituída por professores e alunos das nossas escolas superiores, que largamente percorreu a mesma colónia. Já lá vão alguns anos, mas sempre me recordo com íntimo desvanecimento, e — porque não dizer-lo — com vaidade, desse empreendimento, o primeiro no seu género entre nós, e que tão funda repercussão teve na consciência nacional, chamando a atenção dos portugueses para os nossos domínios de além mar, onde se tem projectado a actividade portuguesa numa obra colossal que dura há alguns séculos, e que tanto nos tem custado em sangue precioso e em trabalho exaustivo.

Na conferência que também proferi depois do meu regresso, na mesma Sala dos Capêlos da minha Universidade, nêsse ambiente severo e soléne, rodeado de quási todos os meus queridos companheiros de excursão, eu procurei definir o objecto dessa viagem, e os resultados que, nêsse momento, se podiam considerar como adquiridos. Dessa conferência, publicada no Boletim da Agência Geral das Colonias, extraio os períodos que passo a ler:

« Também tiveram os excursionistas ocasião de observar a obra missionária, que, a-pesar-de tantas dificuldades e resistências, continúa sempre reali-

sando a sua função de tão transcendente alcance social e patriótico. Visitámos algumas Missões: conversámos com os Missionários e com as Irmãs, que naquêles sertões, longe de tudo e de todos, completamente desprendidos das vaidades e das ambições terrenas, com uma tenacidade que só um sentimento muito alto pode manter durante longos anos, estão realizando a obra tão ingrata de chamar o tóso indígena para uma vida moral e materialmente melhor. Lá estivemos, junto daquêles velhinhos — infelizmente quási nenhum era português! — que viram embranquecer as suas longas barbas sob o castigo do sol africano, pisando sempre aquela terra que por fim lhes há-de receber os ossos, em supremo holocausto à ideia sublime que lhes norteou tóda a vida. Este importantíssimo aspecto da vida colonial mereceu a atenção especial de alguns dos excursionistas, que a seu respeito se puderam documentar e orientar: e julgo não faltar à verdade afirmando que todos adquiriram a convicção de que é absolutamente necessário dispensar à acção missionária católica o mais desvelado apoio, e os auxílios de tóda a ordem de que ela bem precisa para se desenvolver.

Precisamos de missionários portugueses, de muitos missionários portugueses, ardendo em fé e repassados de espírito de sacrifício. Não podemos, nem devemos, fechar a porta às missões estrangeiras; mas devemos dar àquelas que representam a secular tradição portuguesa os indispensáveis recursos para poderem exercer a sua nobilíssima função. Só assim se evitará o espectáculo confrangedor de vermos nas mãos de estrangeiros, que nenhuma afinidades têm com o nosso espírito e com a nossa raça, completamente indiferentes às nossas aspira-

ções nacionais, o mais poderoso instrumento de civilização e de aperfeiçoamento moral de que se utilizam as nações coloniais ».

Nestas afirmações, feitas há alguns anos, se contem em germen a conferência que hoje vou ter a subida honra de ler a V. Ex.<sup>aa</sup>. Representavam elas o produto da minha observação directa; e o muito que tenho meditado, desde então para cá, acêrca das cousas de Africa, mais me tem firmado, no que se refere às Missões Religiosas, nas ideias que nelas se contem.

Deixemos a História, ou antes, da Historia recordemos apenas que aos nossos antepassados se deve, pode dizer-se exclusivamente, o início desse movimento de expansão que domina a história da Humanidade nos últimos cinco séculos. O Infante D. Henrique foi a figura genial em que se incarnou esse espírito de expansão, cuja origem remota se pode ainda ir buscar às montanhas das Asturias, onde teve o seu início a luta contra o Islão, que ameaçava avassalar o mundo ocidental, depois de ter creado profundas raízes no Oriente. As expedições a Marrocos, as primeiras viagens de descoberta ao longo da costa africana, contem em germen os destinos dos povos europeus, que, na esteira das pequenas naus portuguezas, se lançaram à conquista do Mundo. Fomos nós, portuguezes, que lutando com fracos meios contra grandes perigos, navegando com igual pericia nos mares desconhecidos e procelosos e na complicada diplomacia a que nos obrigava um vizinho poderoso e cheio de ambição, que rasgámos os caminhos da expansão europeia. Africa e América, Asia oriental e longínqua Oceania, nada nos escapou. São nossos e bem nossos os heroes dessa epopeia; e até

o próprio Colombo, que por uma injustiça histórica foi posto num destaque que ele de forma alguma merecia, até esse, segundo parece, era portuguez.

Não sou daquêles que entendem que, para sermos bons patriotas, basta debruçarmo-nos reverentes sobre as glórias do passado. Procuo integrar-me na época em que vivemos, procuro encarar bem de frente as dificuldades que se nos antolham, e sei de sobejo que, nos termos actuais daquilo a que poderemos chamar « a moral internacional » só teem direito a terem colónias as nações que provem, pela sua actividade colonial, ser capazes de as valorizarem e utilizarem para o bem comum da Humanidade. Isso porém não me impede de considerar o nosso património histórico como uma herança sagrada, como um repositório inexgotável das virtudes e das qualidades do nosso grande povo, fonte purissima onde devemos ir buscar os incitamentos necessários para o nosso trabalho de hoje. Esse patrimonio, devemos defendê-lo por todas as formas e em toda a parte, corrigindo e combatendo as omissões, deturpações e esquecimentos mais ou menos conscientes que são a moeda corrente da literatura histórica. Veem estas reflexões a propósito do livro de Albert Sarraut « Grandeur et Servitude coloniales ». Esse livro, que por muitos motivos merece ser lido e meditado, consagra o seu capítulo segundo ao « Eссор colonial de l'Europe ». Pois é com espanto que se verifica que o autor nem cita o Infante D. Henrique nem D. João II, figuras maximas da epopeia, que o nome de Colombo antecede o de Vasco da Gama, e que, quando se fala em descobertas, a primazia é dada aos espanhois. Não quero diminuir em nada as

glorias dos nossos vizinhos ibéricos; mas, o seu, a seu dono.

Mas deixemos esta divagação histórica, que, ao escrever esta conferência, quase inconscientemente me saíu dos bicos da pena. Deixemos o passado, e concentremos a nossa atenção no presente, neste presente que nos apresenta um céu coberto de nuvens, ameaçando tempestade.

Portugal é a terceira potencia colonial. Os restos do seu vasto império estão dispersos por todo o mundo; entre eles avultam, pela sua importância, as colónias da Africa intertropical. É pois a colonização africana que nos interessa principalmente.

Portugal é um país colonial, e não pode deixar de o ser, sob pena de perder os próprios alicerces da sua nacionalidade. Esta afirmação, nua e crua, constitui, a meu ver, uma profunda verdade, que é necessário bradar aos quatro ventos, para que ela seja ouvida aquem e além fronteiras. Esse movimento de expansão europeia, que trouxe às raças brancas a hegemonia do mundo, fomos nós que o iniciamos, e nele temos sempre trabalhado, fazendo muito com pouco; nele temos sempre colaborado, com menos brilho, mas — os factos estão — no comprovando — com mais eficácia do que outras nações. Guerreámos, evangelizámos, explorámos, e por fim estabelecemos o domínio do branco em grande parte do mundo. Essa expansão constitui a trama essencial da nossa história: estancá-la, equivaleria a cortar pela raiz uma árvore frondosa e algumas vezes secular. Recanto perdido no ocidente da Europa, vertente da península largamente aberta sobre o mar, a nossa nacionalidade está indissoluvelmente ligada ao movimento de expansão ultramarina. Fizemos o Brasil, com o

nosso sangue e com o nosso trabalho; hoje, temos o nosso império africano, que há de ser o teatro onde a nossa função histórica continuará a desenvolver-se.

Se o velho do Restelo tivesse sido ouvido, Portugal não seria o que hoje é. Mas deixou descendentes, e os timoratos, a quem repugna a luta, estão sempre dispostos a ouvi-los, quando afirmam, por vezes bem claramente, que as colónias são um cancro que roe a economia nacional, um sorvedouro de vidas e dinheiro, um pesado frete que um nacionalismo indefensável nos impõe.

Insurjo-me contra esta tése, que não hesito em classificar de suicida, debaixo do ponto de vista nacional. Combato-a com toda a energia, e consola-me a ideia de que nessa luta me encontro ao lado dos maiores valores da minha terra, dos mais variados sectores da opinião pública.

A conservação da nossa posição colonial deve pois ser a aspiração máxima de todos os portugueses, aquilo a que chamarei o problema fundamental da nacionalidade.

Arduo problema, é certo, que exige da Nação um grande esforço. Problema infinitamente complexo, que tem de ser cuidadosa e meticulosamente estudado, e para a resolução do qual todos os recursos morais e materiais da Nação não serão demasiados. Problema particularmente delicado, no estado actual da política internacional. Mas problema solúvel, que havemos de resolver, como já resolvemos outros, talvez mais graves, no decorrer da nossa longa história.

Problema complexo, disse, mas talvez me expresse melhor dizendo complexo de problemas, intimamente ligados entre si, e reportando-se aos

mais variados aspectos de actividade humana, quer no campo moral, quer no campo material. Colonizar, hoje, é sinónimo de civilizar, isto é, de desenvolver e valorizar por todas as formas os habitantes e os recursos dos países colonizados, tendo como objectivo supremo um maior bem estar da humanidade em geral. Colonizar é construir, utilizando os materiaes que a terra colonizada nos oferece, a começar pelos próprios indigenas, homens como nós, que é necessário elevar a um mais alto nível material, moral e social, arrancando-os à fatalidade de uma evolução, que por ser lenta ou degradante, os afastou de nós. Elevar moral e socialmente o indigena, eis um dos aspectos mais importantes e mais delicados da função colonial, que nos leva directamente ao âmago da questão, que constitue o objectivo dêste trabalho.

Civilizar o indigena! Deixem-no em paz e sossego, no gozo da terra que Deus lhe deu, vivendo como ele entende e quer, dizem alguns filantropos. Será assim que êle se sentirá mais feliz. Civilizar o indigena, ironia absurda, hipocrisia pungente, que apenas serve para encobrir, e mal, o egoismo, a preguiça e os desenfreados appetites do colonizador, que não hesita em transforma-lo em animal de trabalho, presenteando-o ainda — suprema ironia! — com as duas mais lindas joias da chamada civilização moderna, o alcoolismo e a sífilis. Eis uma opinião, que rebaixa o colonizador à categoria de reles tartufo.

Civilizar o indigena! Mas o indigena é insusceptível de aperfeiçoamento, ou, pelos menos, êsse aperfeiçoamento é tão lento que não se adapta ao ritmo da civilização moderna. E' um refugio da humanidade; e o seu cruzamento com a raça

branca só a pode abastardar. Eis outra opinião, que tem como consequencia a expulsão do indigena do território que ocupa, e a sua segregação para determinadas zonas, espécies de gafarias em ponto grande, onde, confessada ou inconfessadamente, se aguarda o seu aniquilamento.

O antagonismo irreductivel destas duas téses mostra, só por si, a delicadeza da attitude da nação colonizadora perante a colonizada.

E' evidente que a primeira tése deve ser considerada como uma fantasia, inadmissível perante as realidades históricas. A expansão colonial é um facto inelutável, contra o qual as congeminações dos filósofos nada podem. O contacto entre povos, debaixo da forma colonial, é pura e simplesmente inevitável.

Seria, aliás, muito para discutir a razão daquela tése. O conhecimento que tenho das cousas africanas leva-me a crêr que, se a dominação branca desaparecesse do continente africano, os indigenas, entregues a si próprios, dariam fácil curso aos seus instinctos selvagens, que teriam como consequencia os mais sangrentos desmandos. Transformar-se-ia a Africa num grande mar de sangue, e a prepotencia e a tirania teriam lá o seu reino incontestado. Apesar de todos os seus defeitos, a « pax europeia » nada fica a dever à « pax romana », que há vinte séculos manteve a ordem e a prosperidade na bacia do mediterraneo. Hoje, no extremo oriente, é invocando princípios de humanidade que o Japão justifica a sua intervenção no sangrento cáos chinês; e estou certo que muitos, que em Genebra lhe negaram o seu voto, concordam com ele, no fundo da sua consciência.

A segunda tése — a da segregação e por fim

supressão do indígena, é inaceitável perante os mais elementares sentimentos de humanidade. O indígena, por mais tosco e boçal que seja, é homem como nós, e como tal deve ser tratado. Sei bem que certas raças estão bem próximas da animalidade; não ignoro também os defeitos do negro, a sua irresistível tendência para a preguiça, o seu espírito infantil que tão facilmente descamba para a crueldade, a completa ausência, pelo menos em muitos casos, dos sentimentos a que chamamos lealdade e reconhecimento. Não nutro quaisquer espécie de ilusões a este respeito; sei bem como as cousas são. Mas isso não me impede de considerar como o mais elementar dever dos povos colonizadores, o esforço para melhorarem, por meio de um trabalho que, sem dúvida, é muitas vezes ingrato e causa cruéis decepções, a mentalidade e a moralidade dos povos sobre os quais exercem o seu domínio. É esta uma questão prévia, fundamental, que devo proclamar bem alto: colonizar não é substituir uma raça fraca ou inferior por outra, mais bem dotada ou mais bem armada; colonizar é uma obra social, cujo primeiro objectivo é a elevação do indígena. E é com ufania e desvanecimento que afirmo que foi esta sempre, a base fundamental da colonização portuguesa. Apesar de, por via de regra, sermos tratados pelos estrangeiros como escravistas impenitentes, toda a nossa história atesta que, salvas as correcções devidas ao espírito e aos costumes do tempo, sempre procurámos trazer o indígena colonizado a uma colaboração, e nunca o suprimimos sistemáticamente.

Mas, além destas razões, digamos, de ordem sentimental, outras ha que militam a favor da tésse que estamos defendendo. São as de ordem económica.

A mão d'obra indígena é indispensável para a valorização das regiões tropicais. O clima, se permite que o branco viva durante anos seguidos sem succumbir, rodeando-se de cuidados especiais, não consente porém que ele se entregue a trabalhos violentos, como são determinados trabalhos agrícolas. O recurso à máquina, na generalidade dos casos, também não é possível; por muito grande que seja o engenho humano, não lhe será fácil construir um aparelho, que vá junto de um cafezeiro, e que escolha e colha os frutos maduros, poupando os verdes; que suba a uma palmeira demdem, e que corte o regime com os frutos carregados do precioso óleo. A agricultura africana exige o concurso da mão d'obra indígena, bem adaptada ao clima: e esta afirmação é tão exacta, que, até certo ponto, se pode avaliar a riqueza de uma colónia tropical pela sua riqueza populacional.

Infelizmente a África foi, durante séculos, sujeita a uma exploração intensiva como fornecedora de escravos. Grande parte da sua população foi transportada, como mercadoria, para o outro lado do Atlântico, para ser utilizada na agricultura. Em tempos mais recentes, epidemias cruéis, como a chamada doença do sono, exerceram profundos estragos, reduzindo a proporções mínimas a população de muitas regiões que os negreiros tinham poupado. O alcoolismo, a sífilis foram outros factores que poderosamente contribuíram para o despovoamento. Juntemos a isto tudo o emprego abusivo, e por vezes mesmo criminoso do negro em trabalhos para que não estava preparado, e que pela sua violência, provocavam uma mortalidade exagerada. Ha quem diga que, em certos caminhos de ferro africanos, cada travessa representa um cadáver de um traba-



lhador negro. Os transportes de pessoas e mercadorias, que antes do automóvel, eram feitos por carregadores indígenas, também contribuíram largamente para aumentar a mortalidade, quer directamente, quer indirectamente, promovendo a difusão de epidemias.

O que é certo é que, debaixo do ponto de vista demográfico, a Africa transahariana nos apresenta hoje um aspecto desolador. O quadro é tão carregado, que alguns colonialistas teem sido levados a pensar se o definhamento das raças negras não seria um fenómeno inevitável, resultante do contacto com o branco, simples consequência da lei geral da concorrência dos seres vivos, ainda tão misteriosa em muitos dos seus aspectos.

Não concordamos com esta ideia. Estamos convencidos de que o depauperamento de Africa de além-çáhara se explica, não só pelas razões já indicadas, mas por outras ainda; e estamos convencidos de que, desde que as nações colonizadoras adoptem determinados processos nas suas relações com o gentio, as raças negras entrarão numa fase de prosperidade.

Esta orientação, de resto, já entrou no campo das realizações práticas, debaixo de alguns pontos de vista. Combate-se o alcoolismo por todas as formas; proíbe-se o emprego do negro como besta de carga. A actividade médica, no combate à doença do sono, e na assistência à parturiente, ao recém-nascido e à creança tem sido notável, e neste campo a acção dos portuguezes pode ser tomada como exemplo. E' já muito, mas não basta.

A questão tem aspectos importantíssimos, que dependem do fôro moral, e que passam despercebidos a muitos observadores superficiais. Esses

aspectos sobresaem immediatamente se se atender a que as raças colonizadas, se não teem a nossa moral e a nossa religião, teem contudo, mesmo as mais inferiores, a sua moral e a sua religião. Teem as suas instituições, muitas vezes rudimentares, é certo, mas teem-nas. Teem os seus costumes, fortemente enraizados, que representam o resultado de uma evolução, que, por ser lenta e diferente da nossa, nem por isso deixa de existir. Esse património ético da raça colonizada representa uma fôrça, que entra em contacto, contacto a que poderemos chamar conflito, com as fôrças correspondentes das nações colonizadoras. Esse conflito representa o ponto mais delicado da acção colonial. Muitos insucessos, muitas desilusões, muitos atritos que degeneram em acções sangrentas não teem outra origem. Volvamos os olhos para a Índia, esse formigueiro humano onde as mais variadas civilizações se degladiam, numa mútua incompreensão.

Este conflito colonial apresenta as mais variadas modalidades conforme a distância — digamos assim — das civilizações em contacto. Loti, nos seus livros acerca do Japão, fere com insistência uma nota — o abismo que ele sente a separá-lo das graciosas « musmés » que, por outro lado, tanto o interessam e divertem. O caso de Wenceslau de Moraes, que se japonizou, deve ser raro; e não sabemos até que ponto essa japonização terá sido um facto.

O que é certo é que, quando a civilização do povo colonizado é forte, ela resiste à influência da do povo colonizador. Nos casos mais favoráveis, estabelece-se como que um compromisso, espécie de paz armada, que pode representar um equilíbrio

duradouro, procurando o povo colonizador evitar por todas as formas os « casus belli ».

É a política seguida pela França no norte de Africa e nas suas colónias do oriente. Política que, nalguns casos, pelo menos, tem dado resultados fecundos, mas que não resolve o problema, pois o equilibrio que representa é sempre instável. Política que traz no seu seio o germen de inevitáveis dissensões, e que nos apresenta o futuro sob a forma de um angustioso ponto de interrogação.

O problema apresenta-se, felizmente, em termos relativamente mais simples, para o caso das colónias da Africa negra. Aí, a civilização indígena é rudimentar, seja qual fôr o ponto de vista por que se encare. Em contacto com a civilização europeia, dissolve-se e desaparece. A inevitável occupação pelas armas abala nos seus fundamentos a sua hierarquia; a moral do negro, incompatível em muitos pontos com a nossa moral, é aniquilada, pela fôrça ou pelo simples efeito do exemplo. Os Sôbas e os feiticeiros perdem a sua autoridade, ou veem-na reduzida a proporções mínimas. O branco é o senhor incontestado, o chefe cheio de prestígio, o modelo a imitar, no traje e no resto. Mas, ai de nós! Antecipando um pouco, diremos desde já que êsse modelo deixa por vezes muito a desejar!

Eis-nos pois chegados ao ponto critico das nossas considerações. Examinando o contacto que necessariamente se estabelece entre os povos colonizadores e os colonizados, e restringindo-nos ao caso da Africa negra, fomos levados às seguintes conclusões:

a) os deveres de humanidade e o proprio interesse do povo colonizador impõem-lhe o pesado

encargo de proteger o indigena e de lhe revigorar a raça;

b) mas, do simples contacto do branco resulta, inevitavelmente, a desorganização da vida social, moral e religiosa do indigena.

Ora, nem só de pão vive o homem, e esta verdade applica-se ao negro, que é homem como nós. Se lhe tiramos tudo o que constitue a base social e espiritual da sua vida, que lhe daremos em troca? Minamos a autoridade do seu chefe natural, do seu sóba; temos que manter a disciplina social com a instituição de outras autoridades. Declaramos iniqua a sua justiça, que nos revolta pelos seus aspectos barbaros, taes como a prova do veneno: mas vamos applicar, sem mais, ao indigena as regras do nosso direito, quinta essencia da nossa evolução social? As suas praticas religiosas fazem-nos sorrir, e os manipanços que ele adora a seu modo são, para nós, quando muito, objectos de museu ou simples « bibelots ». Mas o preto, na sua simplicidade, é essencialmente religioso, e temos a obrigação moral de o compensar.

O problema é, pois, muito delicado, e a sua acuidade está preocupando as nações coloniaes. Um dos aspectos que reveste é o que se refere aos indigenas que, por qualquer motivo, se afastaram da sua tribu, e perderam qualquer contacto com ela, ou cuja tribu se desorganizou a ponto de desaparecer como tal. Estes indigenas, autenticos desenraizados, que vagueiam, « sem rei nem roque » por vezes na propria terra que foi o berço dos seus avós, são hoje conhecidos em ciencia colonial por uma denominação especial, aliás bastante barbara: são os indigenas « destribalizados ». Deles tenciona occupar-se, na sessão a realizar

em Londres em 1935, o Instituto Colonial Internacional.

Aumenta a delicadeza deste problema o facto do preto ser, na sua grande generalidade, um espirito infantil, pouco perseverante, incapaz de um grande esforço mental. As forças atavicas que nele imperam são formidaveis, e inutilizam por vezes, num instante, o trabalho de muitos anos, promovendo uma regressão ao estado primitivo. Recordo-me de uma historia que me foi contada pelo venerando Padre Bonnefous, ao qual a Missão da Huila e toda a Angola tanto devem. Estávamos vizitando a igreja da Missão, magnifico templo que ele concebeu e logrou construir, vencendo dificuldades que fariam recuar os mais persistentes. Estávamos junto da pia baptismal, excelente trabalho feito, como todo o templo, com materiaes da região, e por um artista indigena, educado na Missão. Pois um belo dia, esse artista negro, que revelava reaes aptidões, que tinha recebido o ensinamento dos padres durante muitos anos, desapareceu. Soube-se mais tarde que, com o produto das suas economias, tinha comprado umas mulheres e uns bõis, e se tinha instalado no mato. Regressara ao estado primitivo: as forças atavicas tinham actuado irresistivelmente. Casos analogos, e ainda mais tipicos, poderia ainda referir: negros educados entre nós, que sofreram, livres de quaesquer influencias extranhas, o influxo prolongado da nossa civilização, mas, uma vez tornados à casa paterna, em breve tudo tinham esquecido, e, com a tanga, retomaram os usos, costumes, e até a mentalidade dos seus semelhantes. A educação que tinham recebido não creara raizes: simples verniz, que facilmente se derreteria ao calor do sol africano.

E' certo que exemplos em contrário se podem tambem invocar. E' incontestavel que os milhões de negros, descendentes dos antigos escravos, que pululam nos Estados Unidos, assimilaram em grande parte, e alguns completamente, a civilização europeia. O problema é, a meu ver, evidentemente solúvel. Mas é delicado, e exige, da parte dos educadores, uma paciencia infinita, aliada a uma tenacidade de ferro.

Onde ir encontrar esses educadores, aos quaes se exigem qualidades, diremos, super-humanas? Aos colonos? Alguns muito fazem, mas o seu objectivo é tratarem da propria vida, e o preto, para eles, é sobretudo um instrumento de trabalho. A's autoridades? E' de elementar justiça reconhecer que tambem muito trabalham neste campo ingrato, mas a sua posição de representantes da força, e de agentes de cobrança do imposto, não lhes facilita a tarefa, visto privá-los da convivencia intima com o indigena. Referi-me aos colonos e ás autoridades, e por pudor não me referi aos degredados, que até há bem pouco eram lançados sem quaesquer precauções para Angola, onde os vi — imaginem o quê? mestres de officios na escola indigena de Saurimo!

Não. Temos de reconhecer os factos, abstraindo mesmo de quaesquer preocupações de ordem confessional. Só o padre missionário, que voluntariamente desistiu dos chamados prazeres da vida, que encontra na sua fé um manancial inexgotavel de força e de tenacidade, só ele pode realizar plenamente a ingrata função de civilizar o preto, acompanhando-o e assistindo o nessa crise tremenda que representa o abandono dos seus usos e costumes para pouco a pouco se integrar nos nossos. O mis-

sionário nada pede ao preto: só lhe faz bem. E é essa a porta, a unica porta por onde se pode penetrar naquelas almas tão diferentes das nossas, e pouco a pouco ir lançando nelas os germens da sua redenção, inculcando-lhes os nossos usos e costumes, e a religião de Cristo. Para essa obra é precisa tanta doçura e tanta paciencia, tanto desprendimento da vida, que só o religioso, que desta vida já nada pretende, a pode realizar com completa eficiencia. Evoco neste momento a figura dos missionários que lá conheci — desses homens tão simples no trato, tão modestos no falar, que estão realizando, na solidão do mato, longe de tudo e de todos, a mais bela obra humana que se pode conceber.

Revestidos das suas vestes brancas, ornados pelas longas barbas onde por vezes se não divisa um unico cabelo de côr, eles lá estão, trabalhando sem descanço na obra sacrosanta a que se entregaram para todo e sempre. Beijei com reverencia aquelas mãos calosas — pois o missionário não é um contemplativo, é um homem de trabalho e de acção.

A Missão é uma oficina e uma escola — uma especie de laboratório transcendente onde o preto é assistido em todas as actividades possiveis. Cuida-se da alma pela catequese, mas tambem pelo trabalho. A actividade é constante, e revela-se pelas mais variadas formas: constroe-se a igreja e as outras instalações, trata-se da horta, curtem-se peles e fazem-se botas, imprimem-se e encadernam-se livros, ensina-se a ler, escrever, contar, faz-se musica — e que direi mais? até se faz ciencia, pois a alguns missionários devemos obras scientificas de real valor.

A missão religiosa é, pois, e com grande diferença, o melhor instrumento de civilização de que

dispõem as nações colonizadoras. Protegê-las, acalentá-las, auxiliá-las, multiplicá-las — eis a conveniencia, para não dizer o dever, das nações que assumem o pesado encargo colonial. A esta conclusão chegam todos os que se ocupam honestamente do assunto. Deixemos de lado, por pouco interessantes, as afirmações mais ou menos atrabiliárias, e mais ou menos eivadas de sectarismo, produzidas por pseudo-colonialistas que por vezes apenas conhecem das colonias o que vem pintado no mapa. Vamos aos factos, procuremos opiniões baseadas em observações concretas.

Quem percorre Angola, nota que a chamada « questão religiosa », lá, não existe. A harmonia reina neste importantissimo capitulo da actividade humana, e o padre é geralmente respeitado e querido, mesmo pelos que não são crentes, pois, naturalmente, tambem lá os há. Excepções a esta regra, são bem raras e, quando existem, teem sempre uma explicação que todos aceitam. A instalação da missão é sempre bemvinda, senão solicitada. Todos reconhecem, reserva feita das missões protestantes, a que adeante me referirei, a sua acção benefica e nacionalizadora.

Isto, quanto aos factos. Vamos agora às opiniões. Na literatura colonial que conheço, portuguesa ou estrangeira, não me recordo de lêr uma unica frase em desabono da actividade missionária. Todos os autores prestam homenagem ao seu trabalho, e reconhecem a sua eficiencia. Vou citar, como particularmente interessantes, os depoimentos de dois companheiros meus da Missão académica a Angola. O primeiro é o do meu querido amigo Dr. Maximino Corrêa, muito illustre professor da minha Universidade.

Eis o que ele nos diz, na sua magnífica conferência intitulada « Alguns aspectos psicológicos da nossa colonização em Angola ».

.....  
 « Tivemos ensejo de visitar algumas missões católicas e pude ver, como no espírito de todo o colono angolano a obra dessas missões é compreendida e respeitada. Não há por parte alguma uma voz que se levante contra elas nem uma apreciação que diminua ou deslustre; pelo contrário a tolerância religiosa mais ampla existe em Angola, sendo de admirar que o português, tão atreito a excessos, não manifeste nem por sombras, a intolerância a que por cá tantas vezes dá largas.

Mas basta visitá-las para as admirar e respeitar.

De facto, uma das impressões mais profundas, e direi mesmo das mais consoladoras, foi precisamente a que pude colher numa dessas visitas; a visita à missão de Caconda, recordo-a ainda com o calor da emoção recebida que a todos abalou e sensibilizou.

O belo edificio central da missão ergue-se no tópo da esplêndida estrada, ladeada de grandes árvores, que nos conduz da povoação de Caconda até à missão, a uns quatro ou cinco quilómetros; esse edificio construído sob a direcção dos missionários, pelos nativos, é amplo e constituído por materiaes todos fabricados na missão: desde os tejolos e as telhas até às portas e fechaduras tudo ali é feito e, deve dizer-se em abono da verdade, bem feito.

A' nossa chegada flutuava num mastro do edificio a nossa bandeira e o superior da missão tocava num pequeno orgão, acompanhado por algumas dezenas de nativos de ambos os sexos, o hino na-

cional; é preciso acrescentar também que a combinação de vozes era harmoniosa e perfeita e que as estrofes do hino pronunciadas embora com o sotaque especial que o negro dá à nossa língua, não foram estropiadas. Perante este espectáculo seguido da leitura, por um rapaz educando da missão, de uma mensagem de boas vindas, pequena, mas encantadoramente simples e sincera, não houve ninguém que ficasse de olhos enxutos: e aqueles pretos, nalgumas regiões tão esquivos e primitivos que fugiam de nós, olhavam-nos com verdadeira simpatia, mercê da luz bendita do entendimento que os bons missionários lhe derramam na sua alma simples...

.....  
 Porque aqueles homens e aquelas mulheres, devotados de corpo e alma à sua benfazeja tarefa, são como exilados do mundo, tendo renunciado a tudo, desde as mais simples comodidades e prazeres, até às pequeninas compensações materiais. Toda a compensação está dentro deles próprios, na sua consciência, irradiando depois em clarões de bondade simples e alegria sã. E' necessário que um ideal bem superior, direi mesmo, extra-humano, alimente aquele fogo sagrado de bem fazer; e não há ninguém por mais sceptico e descrente que seja, que não se sinta ali abalado no seu negativismo, e não veja naqueles seres qualquer coisa de superior que marca bem à evidência um caminho para a perfectibilidade.

E então, meus senhores, tive dó de mim próprio, ao recordar certos sorrisos de ironia e de superioridade.

Aquela bondade muito simples, muito próxima de nós, sentimo-la, toca-nos e faz-nos reflectir; e a

alegria e felicidade que se sente desferir daquelas boas almas tem o fundamento na limpidez e tranquilidade de consciência de quem só pratica o bem, pelo bem.

O padre Laagel, superior da missão, figura insinuante de sábio, personificação augusta de tôdas as virtudes, é um homem de um bom humor admirável. Muitos dos meus companheiros lhe ouviram, certamente, a história do seu famoso automóvel já usado, presente dum particular, mas que nas mãos do padre Laagel fazia verdadeiras maravilhas. Já só tinha três rodas, mas, não obstante, galgava montes e vales, passava ribeiros, e até mesmo parado tinha uma grande utilidade porque servia... de galinheiro!»

O segundo depoimento é o do Dr. José d'Oliveira Boléo, actual professor estagiário do liceu normal de Lisboa.

Foi também meu companheiro na Missão académica; durante essa longa viagem pelas terras angolanas, viu, e observou.

O Dr. Boléo, cuja independência de espírito eguala a honestidade mental, pouco depois do seu regresso escreveu no jornal «Sintra Regional», de que era secretario, um artigo intitulado «Missões religiosas em Angola». Com uma superioridade que muito o nobilita, o Dr. Boléo abre o seu artigo com as seguintes palavras:

«Fica-nos sempre bem confessar que nos enganámos e ante a prova incontestável dêsse êrro, dar a mão à palmatória.

Entre os muitos pensamentos falsos que, antes de visitar Angola, nutria a respeito de questões coloniais, devo confessar que era com certa desconfiança que olhava o papel que as Missões Religiosas,

muito principalmente as católicas, desempenhavam na civilização dos povos quási selvagens.

Admirava extraordinariamente, contudo, as grandes figuras de missionários que foram António Vieira, João Soares, Anchieta, etc., mas considerava-os exemplos raros de sacrifício e abnegação.

Hoje as minhas ideias mudaram-se ou, direi melhor, fixaram-se definitivamente na análise dêsse problema.

As Missões Religiosas Católicas, são imprescindíveis na colónia portuguesa!

Tendo visitado as principais missões de Angola, como sejam as de Caconda, Huíla, Quando, Munhino, etc., pude observar que o papel que elas representam, é subidamente altruista, humanitário e patriótico. E' preciso andar pelo interior dessa nossa vastíssima colónia, é necessário olhar atentamente o funcionamento interno das missões, observar o seu ensino, a sua organização, para que possamos fazer uma ideia verdadeira do que são e do que valem essas embaixadas de fé e amor pátrio aos sertões africanos».

Estes dois depoimentos falam suficientemente por si, tornando desnecessários quaisquer comentários. Ambos são devidos a individualidades de alto valor mental, que, como sóe dizer-se, pensam pela sua cabeça. E o segundo, com uma hombridade que muito o exalta, não hesita em confessar a ideia préconcebida que o dominava, antes de pôr o pé em Angola.

Tenho, até este momento, feito as minhas referências às missões religiosas em geral, sem discernir se pertencem ou não ao credo católico. Chegou porém o momento de definir também as

minhas ideias a este respeito, colocando-me sempre, não no ponto de vista propriamente religioso, mas no ponto de vista exclusivamente colonial e sobretudo colonial português.

É um facto que, logo ao desembarcar em Angola, ouvimos os clamores mais persistentes acerca da acção desnacionalizante das missões protestantes, particularmente das americanas. Esses clamores assumem um tal vulto, que é impossível deixar de supôr que assentem em base sólida. O célebre relatório do americano Ross, feito com a colaboração mais ou menos disfarçada de missionários seus compatriotas, veio, aliás confirmar essas suspeitas. Acervo de falsidades, de afirmações tendenciosas e até de autenticas calúnias, esse célebre relatório, verdadeiro libelo destinado a apresentar-nos perante o mundo civilizado como negreiros incorrigíveis e por conseguinte como incapazes de exercer a função colonial, foi entregue em Genebra à Sociedade das Nações. Não sei se se averiguou por conta de quem é que este famigerado Ross fez o frete: pouco importa, aliás. Mas não deixa de ser extremamente curioso observar que é um americano, um representante do país que mais se distingue pelo profundo desprezo com que trata as raças de côr, que nos vem acusar, a nós, que não hesitamos em tratar o preto como um igual, quando ele se mostra digno disso. Francamente, ao ver as missões americanas instalarem-se e proliferarem na nossa Angola, dá vontade de lhes dizer que melhor fariam regressando à sua « livre América », afim de evangelizarem os próprios compatriotas, aconselhando-lhes mais doçura com os negros, e a supressão de facto dessa célebre lei de Lynch, cuja aplicação constitui a vergonha de um

povo, e revela um barbarismo equivalente ao dos nativos d'Africa, que eles pretendem civilizar.

Independentemente da sua acção desnacionalizadora, as missões não católicas nunca podem corresponder às nossas aspirações nacionais. Portugal é uma nação essencialmente e tradicionalmente católica; não faz sentido, mesmo encarando a questão debaixo do ponto de vista extra-confessional de que me não tenho afastado, que proteja ou favoreça missões que não sejam católicas também. Por outro lado, só dentro do campo católico será possível encontrar os recursos em homens e dinheiro que são indispensáveis para o desenvolvimento da acção missionária.

Também não é fácil, nem hábil, fechar a porta às missões protestantes. O caminho a seguir é outro, é combater construindo, fazendo mais e melhor.

Trabalhem, pois. Que todos concorram para a grande obra. Auxiliemos as missões católicas com o nosso óbulo e com a nossa simpatia. Provoquemos as vocações missionárias, infelizmente hoje tão raras, nesta terra que foi alfobre de missionários. Chamemos à vida missionária todos aqueles que, numa ância de perfectibilidade, procuram no amor do próximo o caminho luminoso que os há de conduzir com segurança ao seu ideal divino. O amor do próximo! Onde pode ele melhor manifestar-se, do que no apostolado africano, onde, numa associação de transcendente beleza, o serviço de Deus se alia ao serviço da Pátria?